

Decolonização da Comunicação Organizacional: Disputas Epistêmicas e Reconfigurações Democráticas na Universidade Pública¹

Josenildes Santos de OLIVEIRA²
Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA

Eudaldo Francisco dos SANTOS FILHO³
Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA

Francisco José Aragão Pedroza CUNHA⁴
Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA

Resumo

Este trabalho analisa o papel da comunicação organizacional de universidades públicas na consolidação da democracia e da cidadania em contextos institucionais contemporâneos, tomando as universidades públicas brasileiras como territórios culturais inscritos na cidade. Sustenta-se que a comunicação organizacional não se reduz a instrumento técnico de gestão, mas constitui dimensão ontológica das organizações, estruturando regimes de visibilidade, reconhecimento e legitimidade. A partir da perspectiva decolonial, argumenta-se que racionalidades comunicacionais atravessadas pelas tradicionais estruturas de poder, do saber e do ser produzem hierarquias epistêmicas que tensionam a democracia institucional. Propõe-se a decolonização da comunicação organizacional como categoria analítica e horizonte normativo para reorientar práticas institucionais em direção à pluralidade territorial, ao comum e à ampliação da cidadania e a produção de conhecimento.

Palavras-chave: Comunicação organizacional; decolonialidade; cidadania; território.

1 Fundamentos da comunicação organizacional e racionalidade moderna

A consolidação da comunicação organizacional como campo de estudos ocorreu sob forte influência da racionalidade moderna, marcada pela centralidade da eficiência, do controle

¹ Trabalho apresentado para o Grupo de Pesquisa Comunicação Organizacional, Cultura e Cidadania, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Doutoranda em Difusão do Conhecimento (Ufba). Mestre em Comunicação e Culturas Contemporâneas (Ufba). Especialista em Direito e Cidadania (Uefs). Especialista em Gestão Pública (Uneb). Graduada em Comunicação Social/Relações Públicas (Uneb). E-mail: josenildesoliveira@ufba.br.

³ Doutor em Difusão do Conhecimento (Ufba). Mestre em Desenho, Cultura e Contemporaneidade (Uefs). Especialista em Administração Pública com Aprofundamento em Gestão (Uefs). Especialista em Design de Produto. E-mail: efilho@uneb.br.

⁴ Doutor em Difusão do Conhecimento (Ufba). Mestre em Ciências da Informação (Ufba). Especialista em Auditoria interna (Ucsal/Uneb). Especialista em Administração Hospitalar (Cedas). Especialista em Gestão da Inovação Tecnológica em Arranjos Produtivos Locais (Ufba). Graduado em Administração de Empresas (Ucsal). E-mail: franciscopedroza@ufba.br.

informacional e da gestão estratégica da imagem. Ainda que formulações contemporâneas tenham ampliado essa compreensão, como a proposta de comunicação integrada apresentada por Kunsch (2003), permanece significativa a tendência de compreender a comunicação como função instrumental subordinada à lógica administrativa.

Essa matriz instrumental revela limites quando aplicada a instituições públicas inseridas em contextos sociais profundamente desiguais. Como argumenta Baldissera (2009), a organização não antecede a comunicação; ela é continuamente constituída nos processos comunicacionais que produzem, disputam e estabilizam sentidos. A comunicação, portanto, não é apenas meio de transmissão, mas condição de possibilidade da própria existência organizacional.

Em convergência com essa perspectiva, Teresa Ruão (2016) compreende a comunicação como processo simbólico central à construção da identidade organizacional, no qual “a atividade comunicativa [...] é central ao processo de criação e manutenção da cultura e identidade”, cabendo-lhe “argumentar, negociar, fazer ou atribuir sentido” (Ruão, 2016, p. 75–76). Ao evidenciar a comunicação como espaço de produção de sentidos, essa abordagem tensiona concepções funcionalistas, mas também demanda ser aprofundada à luz de uma leitura decolonial que explicita as assimetrias históricas que atravessam tais processos e os regimes de poder e saber que hierarquizam os sentidos legitimados nas organizações.

Reconhecer essa dimensão implica admitir que as organizações são sistemas simbólicos que estruturam regimes de visibilidade, reconhecimento e legitimidade, historicamente produzidos e atravessados por racionalidades que definem critérios de autoridade discursiva e validação do conhecimento (Baldissera, 2009; Oliveira, 2022).

Ainda que o campo da comunicação organizacional tenha avançado na crítica à racionalidade instrumental, permanecem incipientes as análises que articulem comunicação organizacional e colonialidade como eixo estruturante das racionalidades institucionais, especialmente no contexto das universidades públicas brasileiras. A problematização dessas racionalidades exige deslocar o debate para além da gestão simbólica e interrogar seus fundamentos epistêmicos.

2 Colonialidade e disputas epistêmicas na organização

A incorporação da perspectiva decolonial ao debate sobre comunicação organizacional permite enfrentar precisamente essa lacuna, ao deslocar o foco das técnicas de gestão

comunicacional para as matrizes históricas de poder que estruturam os regimes institucionais de legitimidade. A crítica decolonial evidencia que a modernidade não se constituiu apenas como projeto racional emancipatório, mas como padrão global de poder sustentado pela colonialidade (Quijano, 2005).

A colonialidade do poder organiza hierarquias sociais e raciais; a colonialidade do saber estabelece critérios eurocentrados de validação epistemológica; e a colonialidade do ser incide sobre a própria condição ontológica de sujeitos historicamente subalternizados (Maldonado-Torres, 2008). Ao serem incorporadas como chave analítica, essas categorias permitem compreender que as racionalidades comunicacionais institucionais não operam em vazio histórico, mas reproduzem, ainda que de forma muitas vezes não explicitada, hierarquias epistêmicas sedimentadas pela modernidade colonial.

No campo organizacional, essas dinâmicas materializam-se nos processos comunicacionais que estruturam a produção institucional de sentidos. A comunicação organizacional participa da definição de quem fala em nome da instituição, quais narrativas se tornam oficiais e quais experiências são incorporadas ou silenciadas. Assim, ela atua como arena de disputas epistêmicas, delimitando fronteiras simbólicas entre centro e margem.

A colonialidade, nesse contexto, não se manifesta apenas nas macroestruturas sociais, mas infiltra-se nas racionalidades comunicacionais que organizam o cotidiano institucional e definem critérios de reconhecimento.

3 Universidade pública como território cultural e espaço de cidadania

Ainda que dialogue com o campo da comunicação pública, este trabalho se ancora na comunicação organizacional enquanto dimensão constitutiva das dinâmicas institucionais. A universidade pública, inserida na cidade, constitui território cultural plural, atravessado por múltiplas pertencas sociais, raciais e epistêmicas. Ela é simultaneamente organização administrativa, comunidade científica e espaço de produção simbólica. Essa complexidade exige compreender sua comunicação como mediação entre diferentes territorialidades e expectativas sociais.

Kunsch (2003) sustenta que a comunicação nas organizações públicas deve orientar-se pelo interesse coletivo e pela transparência. Oliveira (2022) enfatiza que a comunicação pública implica diálogo e participação social. Contudo, a efetivação desses princípios depende das matrizes epistemológicas que estruturam os processos comunicacionais.

Se a universidade opera sob pressupostos eurocentrados de legitimidade, a pluralidade territorial da cidade não se traduz automaticamente em pluralidade epistêmica institucional. Nesse cenário, a comunicação organizacional assume papel decisivo: ela pode reforçar fronteiras simbólicas entre centro e periferia ou contribuir para reconstruir o comum como espaço compartilhado de produção de sentidos. Ao mediar as relações entre universidade e território, a comunicação participa da qualificação ou da limitação do exercício da cidadania institucional.

4 Decolonização da comunicação organizacional

Propõe-se, neste trabalho, a decolonização da comunicação organizacional como categoria analítico-normativa capaz de problematizar os fundamentos epistemológicos do campo. Essa categoria não se restringe à incorporação de discursos de diversidade, mas implica revisão crítica das matrizes que estruturam os regimes de visibilidade e legitimidade institucional. A decolonização da comunicação organizacional pode ser compreendida em três dimensões interdependentes.

No plano epistemológico, significa questionar a naturalização de referenciais eurocentrados como universais e promover um movimento de desprendimento epistêmico que permita a abertura a outras matrizes de produção de conhecimento (Mignolo, 2007).

No plano organizacional, implica revisar hierarquias discursivas que definem quem pode falar, sob quais critérios de autoridade e com que efeitos de reconhecimento.

No plano político-normativo, demanda reorientar práticas comunicacionais em direção à ampliação da cidadania, ao fortalecimento do comum e à reconstrução democrática das instituições públicas.

A decolonização, nesse sentido, é processo contínuo de tensionamento crítico. Ela desloca o foco da comunicação como aparato de controle simbólico para a comunicação como prática de mediação cultural comprometida com justiça epistêmica e pluralidade territorial.

5 Considerações finais

A articulação entre comunicação organizacional, cultura e cidadania evidencia que as universidades públicas são atravessadas por disputas epistêmicas que impactam a qualidade democrática de suas práticas institucionais. A comunicação ocupa posição estratégica na

constituição do espaço público institucional, pois estrutura regimes de visibilidade, reconhecimento e pertencimento.

Ao propor a decolonização da comunicação organizacional como categoria, este trabalho busca contribuir para o campo ao oferecer instrumento teórico capaz de analisar e problematizar as racionalidades que orientam as práticas comunicacionais nas instituições públicas brasileiras.

Em contextos marcados por desigualdades históricas, fortalecer a democracia exige reconhecer que a comunicação é dimensão constitutiva da organização e arena de disputa pelo sentido do comum. A reorientação decolonial da comunicação organizacional apresenta-se, assim, como caminho teórico e político para qualificar a relação entre universidade e cidade, ampliar a pluralidade territorial e fortalecer o exercício da cidadania.

Referências

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. **Organicom**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 10-11, p. 115–120, 2009. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2009.139013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139013>. Acesso em: 01 mar. 2024.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada**. 5. ed. São Paulo: Summus, 2003, 417 p.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/695>. Acesso em: 30 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.695>.

MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 25-46

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. **A comunicação organizacional no Brasil: virada epistemológica**. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; LIMA, Fábila Pereira; SAMPAIO, Adriano de Oliveira (Orgs.). **Comunicação organizacional e relações públicas: 15 anos da Abrapcorp**. Salvador: Edufba, 2022. p. 37 – 48.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em:

http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 11 mar. 2025.

RUÃO, Teresa. **A organização comunicativa**: teoria e prática em comunicação organizacional. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2016. eBook. p. 61–80. Disponível em: <https://www.cecs.uminho.pt/publicacao/a-organizacao-comunicativa-teoria-e-pratica-em-comunicacao-organizacional/>. Acesso em: 12. abr. 2026.